

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE
CNPJ (MF) nº. 13.178.690/0001-15
Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 467 – Pina, Recife/PE – CEP: 51.011-051
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras individual em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

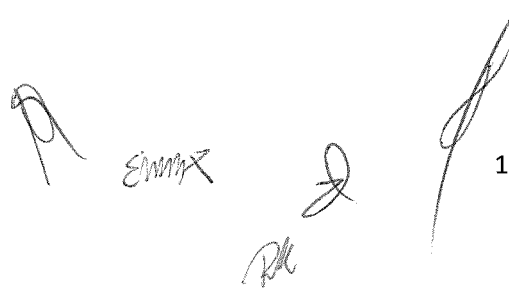
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individual e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras Individual foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras Individual ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2022, data de encerramento do semestre, e comparadas em conformidade com a Resolução BCB no. 2, de 12 de agosto de 2020.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras Individual estão definidas a seguir:



1

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2022 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.



2



e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

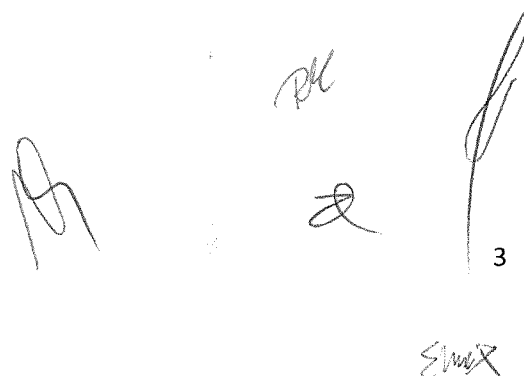
A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2022 e 2021 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2022	Dez/2021
Curto Prazo (para negociação)		45.464	21.091
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	45.464	21.091
Longo Prazo (para negociação)		4.735	4.488
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		4.735	4.488
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	4.735	4.488
TOTAL		50.199	25.579

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica



3

A Vencer

Setor Privado	30.06.2022				31.12.2021			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Pub fed com	-	-	40	-	-	-	-	-
Rural	189	442	120	751	111	306	194	611
Indústria	32	343	2.449	2.824	334	264	2.977	3.575
Comércio	4.045	7.121	2.952	14.118	3.008	6.621	4.086	13.715
Outros Serviços	106	2.566	8.183	10.855	1.698	1.529	15.238	18.465
Pessoa Física	25	22	5	51	56	84	11	151
Subtotal	4.396	10.495	13.749	28.640	5.208	8.804	22.506	36.518

Vencido

Setor Privado	30.06.2022				31.12.2021			
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
St Pub fed com	-	-	-	-	55	14	12	81
St Priv Rural	34	30	70	134	32	8	7	47
Indústria	117	40	-	157	95	26	33	154
Comércio	1.095	2.201	1.668	4.964	2.672	1.396	2.754	6.822
Serviço	2.276	1.057	396	3.729	1.088	338	307	1.733
Pessoa Física	15	2	-	17	6	14	20	39
Subtotal	3.537	3.331	2.134	9.001	3.948	1.796	3.133	8.877

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Nível de risco	30.06.2022				% Resolução BACEN	31.12.2021	
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total		Provisão	Provisão
A	4.234	9.275	9.299	22.808	0,50%	114	144
B	35	988	2.138	3.161	1,00%	32	53
C	51	43	2.125	2.220	3,00%	67	69
D	14	43	16	72	10,00%	7	6
E	8	24	60	92	30,00%	28	8
F	13	37	33	83	50,00%	41	37
G	7	24	27	58	70,00%	40	6
H	34	61	51	147	100,00%	147	64
Total	4.396	10.495	13.749	28.640		476	387

Nível de risco	30.06.2022				% Resolução BACEN	31.12.2021	
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total		Provisão	Provisão
A	379	-	-	379	0,50%	2	3
B	2.066	-	-	2.066	1,00%	21	24
C	779	-	-	779	3,00%	23	26
D	49	379	-	428	10,00%	43	30
E	61	1.479	-	1.540	30,00%	462	161
F	49	304	-	353	50,00%	176	194
G	28	1.026	-	1.054	70,00%	738	1.303
H	126	143	2.134	2.402	100,00%	2.402	1.957
Total	3.537	3.331	2.134	9.001		3.867	3.698

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo no Início do exercício	4.085	870
Adições	3.255	4.428
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(190)	(71)
Reversões	(-)	(-)
Baixa	(2.807)	(1.142)
Saldo no Final do semestre	4.343	4.085

5. Imobilizado de Uso

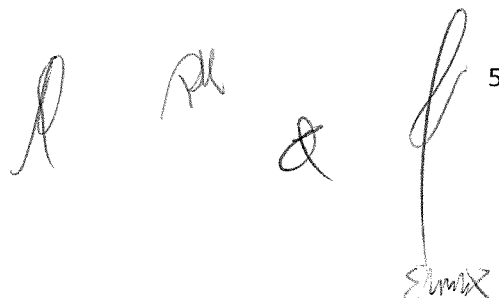
Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2021	Adições 1º Sem.2022	Baixas	Saldo em 30/06/2022	Saldo em 30/06/2021
PERMANETE	1.381	(457)	-	924	437
<u>Imobilizado de Uso</u>	284	(34)	-	250	328
Móveis e Equipamentos de Uso	962	2	-	964	958
Mobiliário	285	-	-	285	285
Equipamento de Processamento	620	-	-	620	619
Outros Equipamentos	56	2	-	58	54
(Depreciação)	(678)	(36)	-	(713)	(630)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(678)	(36)	-	(713)	(630)
(-) Mobiliários	(268)	(4)	-	(272)	(254)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(364)	(31)	-	(394)	(333)
(-) Outros Equipamentos	(46)	(1)	-	(47)	(44)
<u>Intangível</u>	1.097	(423)	-	673	109
Ativos Intangíveis	1.579	342	-	1.921	1.458
Sistema de Processamento Aquisição	6	-	-	6	9
Licenças Contratuais	1.573	342	-	1.915	1.449
(-) Amortização Acumuladas	(483)	(765)	-	(1.248)	(1.349)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(5)	(1)	-	(5)	(7)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(478)	(765)	-	(1.243)	(1.342)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuídos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

6. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente e o FUNGETUR correspondente a financiamento de curto prazo, com liquidação do nosso passivo prevista até 31/12/2022, se não houver operações, conforme demonstrado a seguir.



 5

Passivo Circulante

	30.06.2022	31.12.2021
Obrigações por Repasses – FINEP	324	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	9.994	10.000
	10.469	10.498

Exigível a Longo Prazo

	30.06.2022	31.12.2021
Obrigações por Repasses – FINEP	138	374
Obrigações por Repasses – BNB	95	172
	233	546

- a) Os recursos do FINEP são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas;
- b) Os recursos do BNB são PRE - Fixados, e apresentaram garantias reais de painéis solares;
- c) Os Recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC.

7. Outras Obrigações - Diversas

Outras obrigações são constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de jun/2022 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão de ordenado e outros credores. Em dezembro de 2021 figurou dotação em dinheiro no valor de R\$ 19.400 (mil), depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aprovado pelo Banco Central do Brasil e incorporado em data de 14 de março de 2022 (nota 8).

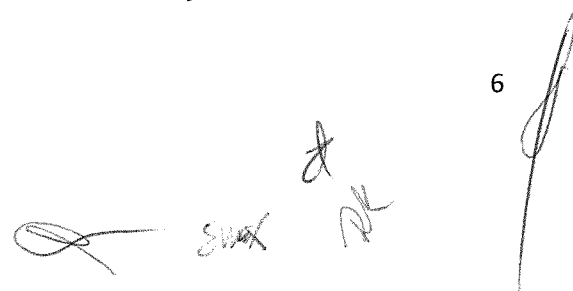
	jun/22	dez/21
Dotação para Aumento de Capital	-	19.400
Provisão Outras Despesas Administrativas	705	435
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	832	428
Provisão p/Passivos Contingentes	-	184
Credores Diversos	1.254	1.335
TOTAL	2.791	21.782

8. Patrimônio Líquido

8.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 97.710 (mil), representado por 96.654.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.



Conforme liberalidade prevista no art. 10º. do Estatuto Social da empresa, em 17 de dezembro de 2021, em ata do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social no valor de R\$ 19.400 (mil), Após homologação do Bacen em 21/01/2022, em 14/03/2022, foi incorporado ao Capital da Agência.

Efetuamos ajustes ao PL, na conta Prejuízo Acumulado, ref. Valores de exercícios anteriores já apurados, correspondentes a Perdas fiscais, prescrição de prazos para recuperação, valores depositados e não identificados, provisões Administrativas efetuadas a maior e Ajustes no saldo no Passivo do FINEP.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	30.06.2022		31.12.2021	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	97.300.000	99,58%	77.900.000	99,43%
AD DIPER	350.000	0,36%	350.000	0,49%
SINDUSGESSO	50.000	0,05%	50.000	0,07%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	97.710.010	100,00%	78.310.010	100,00%

8.2 – Ajustes de Exercício Anterior

Foram realizados ajustamentos diretamente no Patrimônio Líquido, a título de “Ajustes de Exercícios Anteriores” - Prejuízos Acumulados, referente a valores correspondentes a perdas fiscais, prescrições de prazos para recuperação, depósitos não identificados, provisões constituídas a maior e saldos indevidos de obrigações do FINEP, conforme detalhamento abaixo:

	R\$
Ajustes despesas líquida indevida - FINEP	56
Ajustes despesas de comunicação	91
Ajustes diversos líquido	3
Total dos ajustes de exercícios anteriores	150

9. Despesa de Pessoal e Honorários

	Jun2022	Jun2021
Honorários	437	333
Alimentação	556	357
FGTS	165	112
INSS	552	366
Ordenados e Repre	1.472	1.048
Férias	263	115
13º Salário	171	110
Outras	43	41
	3.659	2.482

Handwritten signatures and initials: A, RL, a, 7, B, EMR.

10. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	Jun2022	Jun2021
Água, Energia e Gás	50	37
Aluguéis	293	192
Comunicação	85	61
Manutenção e Conservação	41	43
Processamento de Dados	517	22
Serviços Sistema Financeiro	137	133
Serviços de Terceiros	141	151
Publicações	-	121
Serviços Técnicos Especializados	-	29
Tributárias e Outras	149	82
	1.413	871

11. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das



Agência de
Empreendedorismo
de Pernambuco





GOVERNO DE PERNAMBUCO

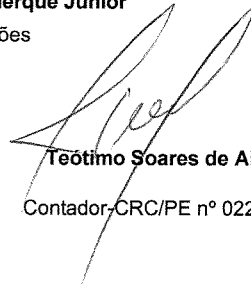
atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.


Márcio Stefanni Monteiro Moraes
Diretor Presidente


Renata Kosminsky
Diretora Administrativa


Edilberto Xavier de Albuquerque Junior
Diretor de Operações


Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Financeiro de Planejamento e de Controle


Teófilo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0

